



Sigma Regente
desde 1979

Contabilidade

Auditoria

Assessoria e Consultoria Empresarial



JUCESP PROTOCOLO
0.780.590/17-0



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA
EMPRESÁRIA

"GTMAX TECNOLOGIA EM ELETRÔNICA LTDA. - EPP"

INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 006

As abaixo assinadas,

- 1) **Ana Paula Coelho Rosa Gonzales Moda**, brasileira, maior e capaz, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Amabile Fornaro Pavan, 300 – Jardim Terramérica I – Americana/SP – CEP: 13.468-830, nascida nesta, aos 07/05/1974, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 26.478.143-0, expedida pela SSP/SP, aos 30/01/2004 e C.P.F. nº 177.704.078-77 e
- 2) **Thaís Coelho Moda**, brasileira, menor impúbere, solteira, empresária, residente e domiciliada na Rua Amabile Fornaro Pavan, 300 – Jardim Terramérica I – Americana/SP – CEP: 13.468-830, nascida nesta, aos 20/02/2001, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 55.844.685-1, expedida aos 11/11/2011, pela SSP/SP e C.P.F. nº 450.533.568-23, neste ato e data assistida por seus genitores **Luciano Charles Moda**, brasileiro, maior e capaz, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Amabile Fornaro Pavan, 300 – Jardim Terramérica I – Americana/SP – CEP: 13.468-830, nascido nesta, aos 20/04/1974, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 26.589.574-1, expedida pela SSP/SP, aos 29/08/1990 e C.P.F. nº 191.775.588-04 e **Ana Paula Coelho Rosa Gonzales Moda**, acima qualificada;

únicos componentes da **sociedade limitada empresária**, que gira sob a firma social de **"GTMAX TECNOLOGIA EM ELETRÔNICA LTDA. - EPP"**, com sua sede social estabelecida na **Rua do Tecelão, 459 – Loteamento Industrial Jardim Werner Plaas – Americana/SP – CEP: 13.478-721**, conforme instrumentos contratuais arquivados na **MM Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP)**, da seguinte maneira:

- 1) Ato constitutivo (Contrato Social), arquivado sob **NIRE nº 35219953383**, em sessão de 01/06/2005;

Rua Mal. Floriano Peixoto, 18 • 1º Andar • Salas 1 e 2
Centro • Americana • SP • CEP 13465-080

Telefone: (19) 3406.2511

www.sigmaregente.com.br sigma@sigmaregente.com.br



- 2) Instrumento de alteração contratual nº 2 arquivado sob nº 5.348/10-9, em sessão de 22/01/2010;
- 3) Instrumento de alteração contratual nº 3 arquivado sob nº 105.654/12-7, em sessão de 13/03/2012;
- 4) Instrumento de alteração contratual nº 4 arquivado sob nº 495.984/14-0, em sessão de 10/12/2014 e
- 5) Instrumento de alteração contratual nº 4 arquivado sob nº 19.991/17-4, em sessão de 16/01/2017;

inscrita no C.N.P.J. do M.F. sob nº 07.483.598/0001-66 e na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo sob nº 165.335.657.113; resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, estabelecer as seguintes condições e alterações na sociedade:

A) REVOGAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE ADMINISTRADOR NÃO SÓCIO:

Fica **revogada** a nomeação de procurador e administrador não sócio de **Luciano Charles Moda**, brasileiro, maior e capaz, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Amabile Fornaro Pavan, 300 – Jardim Terramérica I – Americana/SP – CEP: 13.468-830, nascido nesta, aos 20/04/1974, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 26.589.574-1, expedida pela SSP/SP, aos 29/08/1990 e C.P.F. nº 191.775.588-04; constituída através do § 3º, da cláusula 5ª, com anuência da totalidade das sócias, cuja expressão dar-se-á no ato da assinatura do presente Instrumento Contratual.

B) ADMINISTRAÇÃO E DELIBERAÇÕES SOCIAIS:

Em função da revogação suso referida, a cláusula 5ª passa a vigorar com a seguinte redação:

Quinta. A administração da sociedade caberá somente à **sócia administradora Ana Paula Coelho Rosa Gonzales Moda**, acima qualificada, à qual cabe isoladamente a responsabilidade, representação ou obrigação da sociedade ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, inclusive em negócios bancários; vedado o uso da firma social em negócios alheios aos fins sociais.

§ 1º. A sócia administradora terá amplos poderes na administração da sociedade, cabendo-lhe representar e obrigar a mesma em todos os atos de sua vida, inclusive bancários, sempre mediante sua assinatura ou de seu(s) bastante procurador(es).

§ 2º. Fica facultado a sócia administradora, atuando sempre separadamente, nomear procurador(es) para um período certo, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelo(s) nomeado(s).

§ 3º. São expressamente vetados, sendo nulos e inoperantes com relação a sociedade, os atos da sócia administradora, procurador(es) ou empregado(s) da sociedade que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou transações



estranhas ao seu objeto social, inclusive fianças, avais ou a prestação de quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros.

§ 4º. Cabe à sócia administradora a prática de todos os atos em nome da sociedade, inclusive, os de assinar e endossar cheques, contratos, letras de câmbio, duplicatas e demais títulos de crédito, bem como admitir e demitir funcionário(s), constituir procurador(es), representar a sociedade em juízo ou fora deste e perante os poderes públicos e terceiros em geral, adquirir, alienar ou onerar bens sociais, móveis e imóveis, transigir e renunciar direitos, com representação feita da maneira descrita no § 1º e observando-se o disposto no § 2º deste.

§ 5º. A sócia administradora fica dispensada da prestação de caução ou fiança pelo exercício ativo ou passivo de suas funções.

§ 6º. A sócia administradora **Ana Paula Coelho Rosa Gonzales Moda**, acima qualificada, fará jus a retirada **pro-labore**, que será livremente convencionada entre as sócias.

§ 7º. A responsabilidade técnica inerente a atividade da empresa ficará a cargo de pessoa contratada e devidamente habilitada, caso necessário seja.

C) CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:

Em atendimento aos dispositivos do Código Civil pátrio, as sócias deliberam pela **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**, passando a sociedade a ser regida pelas cláusulas e condições doravante designadas:

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA EMPRESÁRIA

"GTMAX TECNOLOGIA EM ELETRÔNICA LTDA. - EPP"

As abaixo assinadas,

- 1) **Ana Paula Coelho Rosa Gonzales Moda**, brasileira, maior e capaz, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Amabile Fornaro Pavan, 300 – Jardim Terramérica I – Americana/SP – CEP: 13.468-830, nascida nesta, aos 07/05/1974, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 26.478.143-0, expedida pela SSP/SP, aos 30/01/2004 e C.P.F. nº 177.704.078-77 e
- 2) **Thaís Coelho Moda**, brasileira, menor impúbere, solteira, empresária, residente e domiciliada na Rua Amabile Fornaro Pavan, 300 – Jardim Terramérica I – Americana/SP – CEP: 13.468-830, nascida nesta, aos 20/02/2001, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 55.844.685-1, expedida aos 11/11/2011, pela SSP/SP e C.P.F. nº 450.533.568-23, neste ato e data assistida por seus genitores **Luciano Charles Moda**, brasileiro, maior e capaz, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Amabile Fornaro Pavan, 300 – Jardim Terramérica I –

Rua Mal. Floriano Peixoto, 18 • 1º Andar • Salas 1 e 2
Centro • Americana • SP • CEP 13465-080

Telefone: (19) 3406.2511

www.sigmaregente.com.br | sigma@sigmaregente.com.br



Americana/SP – CEP: 13.468-830, nascido nesta, aos 20/04/1974, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 26.589.574-1, expedida pela SSP/SP, aos 29/08/1990 e C.P.F. nº 191.775.588-04 e **Ana Paula Coelho Rosa Gonzales Moda**, acima qualificada;

por este instrumento particular e na melhor forma de direito, têm constituído entre si uma **sociedade limitada empresária**, que se rege pelas seguintes cláusulas:

I. FIRMA SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Primeira. A sociedade gira sob a firma social de **"GTMAX TECNOLOGIA EM ELETRÔNICA LTDA. – EPP"** e tem suas atividades na sua sede social localizada na Rua do Tecelão, 459 – Loteamento Industrial Jardim Werner Plaas – Americana/SP – CEP: 13.478-721.

Parágrafo único. A sociedade poderá a seu critério abrir, manter e fechar filiais, agências, escritórios e depósitos fechados; desde que os mesmos sejam localizados em território nacional.

Segunda. O objeto da sociedade é de indústria e comércio de máquinas, equipamentos, aparelhos eletro eletrônicos, fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico e outros artefatos de material plástico para outros usos diversos e serviços de manutenção e consertos em máquinas, equipamentos e aparelhos eletro eletrônicos em geral.

Terceira. A sociedade teve seu início aos 28 de Março de 2005 e seu prazo de duração é indeterminado.

II. CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Quarta. O Capital Social tendo sido subscrito e estando totalmente integralizado em moeda corrente nacional, na quantia de **R\$ 10.000,00** (Dez Mil Reais), desde 28/03/2005, dividido em **10.000** (Dez Mil) **quotas no valor nominal e unitário de R\$ 1,00** (Um Real), e assim distribuído entre as sócias:

SÓCIAS	%	QTDE.+VR.NOMINAL QUOTAS	PARTICIPAÇÃO
Ana Paula C.R.G.Moda	99	9.900 Quotas x R\$ 1,00 =	R\$ 9.900,00
Thaís Coelho Moda	1	100 Quotas x R\$ 1,00 =	R\$ 100,00
T O T A I S	100	10.000 Quotas x R\$ 1,00	R\$ 10.000,00

§ 1º. Cada quota é indivisível e confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais.

§ 2º. A responsabilidade das sócias é restrita ao valor de suas quotas; porém, todas respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos dos arts. 1.023 *usque* 1.025 e 1.052, todos do Código Civil brasileiro.



§ 3º. As sócias terão preferência para a subscrição dos aumentos do capital social na mesma proporção das quotas possuídas.

III. ADMINISTRAÇÃO E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Quinta. A administração da sociedade caberá somente à **sócia administradora Ana Paula Coelho Rosa Gonzales Moda**, acima qualificada, à qual cabe isoladamente a responsabilidade, representação ou obrigação da sociedade ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, inclusive em negócios bancários; vedado o uso da firma social em negócios alheios aos fins sociais.

§ 1º. A sócia administradora terá amplos poderes na administração da sociedade, cabendo-lhe representar e obrigar a mesma em todos os atos de sua vida, inclusive bancários, sempre mediante sua assinatura ou de seu(s) bastante procurador(es).

§ 2º. Fica facultado a sócia administradora, atuando sempre separadamente, nomear procurador(es) para um período certo, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelo(s) nomeado(s).

§ 3º. São expressamente vetados, sendo nulos e inoperantes com relação a sociedade, os atos da sócia administradora, procurador(es) ou empregado(s) da sociedade que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou transações estranhas ao seu objeto social, inclusive fianças, avais ou a prestação de quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros.

§ 4º. Cabe à sócia administradora a prática de todos os atos em nome da sociedade, inclusive, os de assinar e endossar cheques, contratos, letras de câmbio, duplicatas e demais títulos de crédito, bem como admitir e demitir funcionário(s), constituir procurador(es), representar a sociedade em juízo ou fora deste e perante os poderes públicos e terceiros em geral, adquirir, alienar ou onerar bens sociais, móveis e imóveis, transigir e renunciar direitos, com representação feita da maneira descrita no § 1º e observando-se o disposto no § 2º deste.

§ 5º. A sócia administradora fica dispensada da prestação de caução ou fiança pelo exercício ativo ou passivo de suas funções.

§ 6º. A sócia administradora **Ana Paula Coelho Rosa Gonzales Moda**, acima qualificada, fará jus a retirada **pro-labore**, que será livremente convencionada entre as sócias.

§ 7º. A responsabilidade técnica inerente a atividade da empresa ficará a cargo de pessoa contratada e devidamente habilitada, caso necessário seja.

IV. EXERCÍCIO SOCIAL, DIREITO DE PREFERÊNCIA E CESSÃO DE QUOTAS

Sexta. O exercício social iniciará em 1º de Janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, cabendo às sócias, partes nos lucros ou nos prejuízos proporcionais as suas quotas de capital social, levantados através de balanço econômico patrimonial



e apuração de resultados, sendo que a destinação dos eventuais lucros ficará sujeito a deliberação das sócias.

§ 1º. A sociedade pode levantar balanços econômicos patrimoniais e apurações de resultados em períodos menores do descrito no *caput* e distribuir lucros às sócias, caso haja e desejem.

§ 2º. Até 30 de abril do ano seguinte ao término do exercício social, as sócias deliberarão sobre as contas do exercício findo e designarão administrador(es), caso desejem.

Sétima. As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas, alienadas ou transferidas por qualquer título à terceiro, sem o expresso e prévio consentimento da(o) sócia(o) remanescente, cabendo em igualdade de condições, preço e prazo, o direito de preferência à(ao) sócia(o) remanescente, caso queira adquiri-las, sendo que esta(e) deverá manifestar-se positivamente à aquisição para si ou para terceiro por esta(e) indicado, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da proposta que deverá ser feita expressamente através de carta registrada ou *fac-símile*.

§ 1º. A(O) sócia(o) remanescente terá direito a preferência na aquisição na mesma proporção das quotas possuídas.

§ 2º. Caso a(o) sócia(o) remanescente quedar-se silente após transcorridos os 30 (trinta) dias descritos no *caput*, ficará a(o) pretensa(o) vendedora desembaraçada(o) para alienar suas quotas do Capital Social à terceiro estranho a sociedade, nos mesmos prazos, valores e condições oferecidos anterior e expressamente a(ao) sócia(o) remanescente, ficando esta(e) obrigada(o) a firmar o instrumento de alteração contratual relativo a efetivação da venda das quotas.

§ 3º. Todos os meses em que as despesas da sociedade sejam superiores as receitas e, não havendo saldo em caixa e/ou em instituição financeira em nome da empresa, ou ainda, capital suficiente para a cobertura do *déficit*, o mesmo será rateado entre as sócias na proporção de sua participação no Capital Social.

§ 4º. No caso de qualquer das sócias deixar de fazer a necessária complementação de liquidez à cobertura do citado *déficit*, após apurado o correspondente valor do saldo devedor que deveria ter sido proporcionalmente coberto por aquela(e) sócia(o), sua participação societária ficará reduzida em favor da(o) outra(o) sócia(o) que fizer os aportes de capital para a cobertura daquele *déficit* e nos mesmos percentuais dos aportes, sem que para isso seja necessária a anuência expressa ou tácita ou, ainda, assinatura da(o) sócia(o) faltosa(o).

V. RETIRADA, DISSIDÊNCIA, INSOLVÊNCIA, FALECIMENTO, INCAPACIDADE E IMPEDIMENTO TEMPORÁRIO OU DEFINITIVO

Oitava. A sociedade não se dissolverá com a retirada, dissidência, insolvência, falecimento, incapacidade ou impedimento temporário ou definitivo de qualquer das sócias, prosseguindo com a(o) remanescente pelo prazo de 180 (cento e oitenta)



dias permitido para sociedades unipessoais, caso seja necessário; e, findo o mesmo sem que tenha sido admitido nova(o/s) sócia(o/s) na sociedade, esta poderá ser transformada em empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI ou dissolver-se-á; tudo nos ditames do inciso IV, do art. 1.033, do Código Civil brasileiro.

§ 1º. No caso de ter havido retirada ou dissidência de qualquer sócia(o), seus haveres serão levantados em 30 (trinta) dias através de balanço econômico patrimonial realizado na data do evento, sendo que os eventuais haveres serão saldados em até 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com atualização monetária feita pelo IGP da FGV (Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas), ou qualquer outro índice que venha substituí-lo.

§ 2º. Após a apuração dos haveres da(o) sócia(o) retirante ou dissidente, será aberto prazo de até 30 (trinta) dias para que a(o) sócia(o) remanescente adquira as quotas disponíveis, caso deseje; ou, promova sua alienação à terceiro estranho a sociedade, pelo mesmo valor apurado para os haveres, devendo o respectivo pagamento ser feito em até 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com atualização monetária nos mesmos moldes descritos no parágrafo anterior.

§ 3º. A(Ao) sócia(o) remanescente caberá receber na sociedade ou indenizar aos herdeiros e sucessores da(o) sócia(o) pré-morta(o), incapaz ou impedida(o), baseado no último balanço econômico patrimonial aprovado e atualizado através do índice de atualização monetária vigente no país, que serão pagos em 3 (três) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no prazo de 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias a contar da data do acontecimento, representado por notas promissórias, sendo que o não pagamento ocasionará uma multa punitiva à(ao) devedora em mora de 2% (dois por cento) ao mês ou fração, mais atualização monetária de acordo com o IGP da FGV (Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas), ou qualquer outro índice que venha substituí-lo; sendo que o atraso não poderá exceder 30 (trinta) dias sob pena de execução judicial, sem que haja necessidade de constituição da(o) devedora em mora, uma vez que todas(os) já se aceitam cientes no ato da assinatura deste instrumento particular e sendo que a preferência das aquisições dar-se-á segundo o disposto no § 1º, da cláusula sétima.

Nona. A(O) sócia(o) que, por divergir de alteração contratual deliberada pela maioria, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar a(ao) outra(o) expressamente com antecedência do prazo mínimo de 30 (trinta) dias, findo o qual ter-se-á o silêncio como desinteresse.

Parágrafo único. Caso a(o) outra(o) sócia(o) decida adquirir as quotas da(o) sócia(o) retirante, os haveres desta(e) serão pagos nos mesmos moldes do § 4º, da cláusula anterior, observada a preferência de aquisição na mesma proporção das quotas já possuídas.

Décima. Qualquer das(os) sócias(os) poderá ser excluído da sociedade, por justa causa, desde que:

A) ocorra a violação das estipulações do contrato;



- B) seja declarada(o) judicialmente insolvente;
- C) a(o) sócia(o) decaia da confiança da(o) outra(o) sócia(o) por ausência para lugar incerto, perpetração de crime, má conduta, descrédito e outros fatores análogos;
- D) peça dissolução da sociedade e a(o) outra(o) sócia(o) queira continuar com a sociedade ou
- E) quaisquer outros atos de inegável gravidade.

VI. DAS ASSEMBLÉIAS E/OU REUNIÃO DE SÓCIOS E DA LIQUIDAÇÃO OU DISSOLUÇÃO

Décima Primeira. As deliberações sociais relativas à aprovação das contas do(s) administrador(es), aumento/redução do capital, designação/destituição de administrador(es), modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual, fusão, cisão e incorporação, liquidação e extinção da sociedade, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião das(os) sócias(os), ou, preferencialmente, adotarão a forma estabelecida no § 3º, do art. 1.072 do Código Civil nacional.

§ 1º. A reunião das(os) sócias(os) será realizada em qualquer época, mediante convocação do(s) administrador(es) e/ou sócia(os).

§ 2º. A assembléia das(os) sócias(os) será realizada ao menos uma vez por ano, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, consoante § 2º, da cláusula 6ª (sexta) deste, mediante convocação da(os) administrador(es) e/ou sócia(os), para tratar de assuntos constantes do art. 1.078, do Código Civil brasileiro.

§ 3º. As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo nos casos em que a legislação possibilitar/exigir diferente *quorum*.

Décima Segunda. No caso de liquidação ou dissolução, após o pagamento do passivo, o remanescente acervo do ativo da sociedade será dividido entre as(os) sócias(os) na proporção de suas participações do capital social.

Parágrafo único. As(Os) sócias(os) estabelecerão o modo de liquidação e nomearão o liquidante.

VII. DO FORO, DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS E DESIMPEDIMENTO

Décima Terceira. As(Os) sócias(os) serão obrigadas(os) à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título ainda que autorizadas pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital social.

Décima Quarta. A sociedade não terá Conselho Fiscal, podendo, porém, a qualquer momento instituí-lo consoante art. 1.066 e seguintes, do Código Civil nacional.

Décima Quinta. Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos preferencialmente com observância dos preceitos do Código Civil brasileiro,




supletivamente pelas normas das sociedades anônimas, aprovadas pela Lei nº 6.404/76 e de outros dispositivos legais que lhes sejam pertinentes e aplicáveis.


Décima Sexta. Elege-se o foro desta cidade e comarca de **Americana/SP**, para desate de qualquer litígio oriundo deste instrumento.

Décima Sétima. A sócia administradora **DECLARA** que não está impedida de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no § 1º, do art. 1.011, do Código Civil nacional, sob as penas da lei.


E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente **Instrumento de Alteração Contratual de Sociedade Limitada Empresária em 3 (três) vias** de igual valor, teor e forma, na presença de **2 (duas) testemunhas** que este também assinam, para que produza os devidos efeitos legais.

Americana/SP, 18 de Julho de 2.017.


**Ana Paula Coelho Rosa
Gonzales Moda**


Thaís Coelho Moda
assistida por seus genitores **Luciano Charles
Moda e Ana Paula Coelho Rosa
Gonzales Moda**

ASSINATURA POR QUEM DE DIREITO:


Gtmax Tecnologia em Eletrônica Ltda .-EPP
sócia administradora **Ana Paula Coelho Rosa Gonzales
Moda**

TESTEMUNHAS:


Elvio Salvador
CI RG nº 9.857.032-8-SSP/SP e CPF nº 004.918.518-71


Marcus Silva Agostinetto
CI RG nº 10.538.793-SSP/SP e CPF nº 849.907.248-87

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO E INOVACAO
JUCESP

JUCESP
07 AGO. 2017

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO E INOVACAO
TECNOLOGIA E INOVACAO
JUCESP
FLAVIA R BRITO BRUNO
SECRETARIA GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NUMERO

362.503/17-5



JUCESP

